

A experiência de desemprego involuntário em trabalhadores mais velhos: implicações para a Política Social

Gonçalves, R.

Instituto Politécnico de Viana do Castelo, ESE
Universidade de Lisboa, ISCSP, Centro de Administração e Políticas Públicas
e-mail: raquelg@ese.ipv.pt

Introdução

O emprego assume um papel de relevo na construção identitária dos indivíduos, pelo que a perda de emprego é um acontecimento complexo. As suas consequências, tendencialmente negativas, relacionam-se com uma maior instabilidade na vida quotidiana e fragmentação de projetos pessoais e profissionais que colocam os indivíduos numa situação de vulnerabilidade aumentada (Sennett, 1998). O desemprego é marcado pela heterogeneidade de situações e experiências que fazem com que cada indivíduo o vivencie de forma diferente. Estas vivências, únicas de cada um, não se podem portanto diluir nos pesados números do desemprego. Quando a perda de emprego ocorre numa fase tardia da vida ativa, os trabalhadores não só se encontram no desemprego como perdem propriedades conotadas com a empregabilidade. A literatura demonstra que a perda involuntária do emprego pode contribuir para um sentimento de fracasso, ameaçar a identidade individual (Gallie & Paugam, 2000), assim como o bem-estar e a qualidade de vida do indivíduo na medida em que pode colocar em causa a sua segurança financeira, o reconhecimento social e as relações interpessoais (Kunz, 2004).

Objetivo. Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo compreender a experiência de desemprego involuntário dos ex-trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, particularmente dos indivíduos com 55 ou mais anos.

Metodologia

De natureza mista, o estudo organizou-se em duas fases. Na primeira fase, quantitativa, participam 115 ex-trabalhadores dos Estaleiros de Construção Naval de Viana do Castelo (19% do universo do estudo – 609 ex-trabalhadores) e na segunda fase, qualitativa, participaram 10 indivíduos (9% da amostra do estudo quantitativo).

Principais resultados

Os resultados evidenciam uma diversidade de trajetórias individuais e profissionais que parecem ter implicações na situação actual dos ex-trabalhadores. Alguns experienciaram uma transição suave após o encerramento da empresa, enquanto para outros a perda de emprego teve efeitos mais severos. Estes últimos, apresentando piores indicadores de bem-estar subjectivo, registavam maioritariamente situações de desemprego de longa e muito longa duração.

Tabela 1. Perfis de duração do desemprego por grupos de idade

	<35 anos		35-44 anos		45-54 anos		>55 anos	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Duração do desemprego								
Até 11 meses	9	52,9	16	61,5	10	43,5	1	2,1
Entre 12 a 24 meses (longa duração)	3	17,6	8	30,8	4	17,4	8	16,7
Mais de 25 meses (muito longa duração)	5	29,4	2	7,7	9	39,1	39	81,3

Quando analisados os perfis de duração do desemprego em função dos grupos de idade (tabela 1) verifica-se que, de uma forma geral, os mais jovens tiveram experiências de desemprego mais curtas (até um ano; 52,9%) e os mais velhos, experiências de desemprego de muito longa duração (mais de 25 meses; 81,3%). Com efeito, a idade parece estar associada aos efeitos mais adversos relativamente à probabilidade de reingresso no mercado de trabalho, sendo que o grupo de desempregados coincide globalmente com o grupo de indivíduos com 55 ou mais anos. Estes indicadores são comprovados na figura 1 que demonstra que a probabilidade de estar desempregado ($Y = 1$) aumenta exponencialmente com o aumento da idade. O rácio das chances de estar desempregado relativamente a estar empregado aumenta 20% por cada ano de vida.

Implicações

Sendo o desemprego um fenómeno de enorme diversidade, tem-se mostrado particularmente gravoso para os indivíduos mais velhos. Estes acumulam habitualmente uma série de elementos intrínsecos de vulnerabilidade associados à idade, baixos níveis de escolaridade, sobre-especialização, longos vínculos com uma mesma entidade laboral aos quais se juntam não raras vezes factores de vulnerabilidade extrínsecos – taxas de desemprego elevadas, estagnação do mercado de trabalho, discriminação etária por parte das entidades empregadoras, políticas sociais de emprego insuficientes e/ou desadequadas. Cabe às políticas sociais de emprego assegurar que trajetórias de vida desfavorecidas, muitas vezes iniciadas na família, continuadas na escola e reforçadas depois no mercado de trabalho, não são agravadas através da debilidade, insuficiência ou desadequação dos mecanismos públicos de proteção. O Estado de Bem-estar precisa de se (re)ajustar à realidade das sociedades desenvolvidas actuais e revestir-se de estratégias de intervenção inovadoras que satisfaçam efectivamente as (diversas) necessidades dos indivíduos desempregados e reforcem as suas características de empregabilidade – atendendo às suas características individuais e contextuais, num registo efectivamente integrado (Schroder, 2011, 2013).

Bibliografia

- Gallie, D. & Paugam, S. (2000). *Welfare Regimes and the Experience of Unemployment in Europe*. Oxford University Press.
- Kunz, J. (2004). *Unemployment and employment policy at local level: a comparative case study* (PhD thesis). University of Tampere, Finland.
- Schroder, M. (2011). *Scar or blemish? Investigating the long-term impact of involuntary job loss on health*. In A. Boersch-Supan, M., Brandt, K. Hank, & M. Schroder (Eds.), *The individual and the welfare state: Life histories in Europe* (pp. 191-202). Berlin: Springer.
- Schroder, M. (2013). *Jobless now, sick later? Investigating the long-term consequences of involuntary job loss on health*. *Advances in Life Course Research*, 18(1), 5-15.
- Sennett, R. (1998). *The Corrosion of Character: The Personal Consequences of Work in the New Capitalism*. Norton.

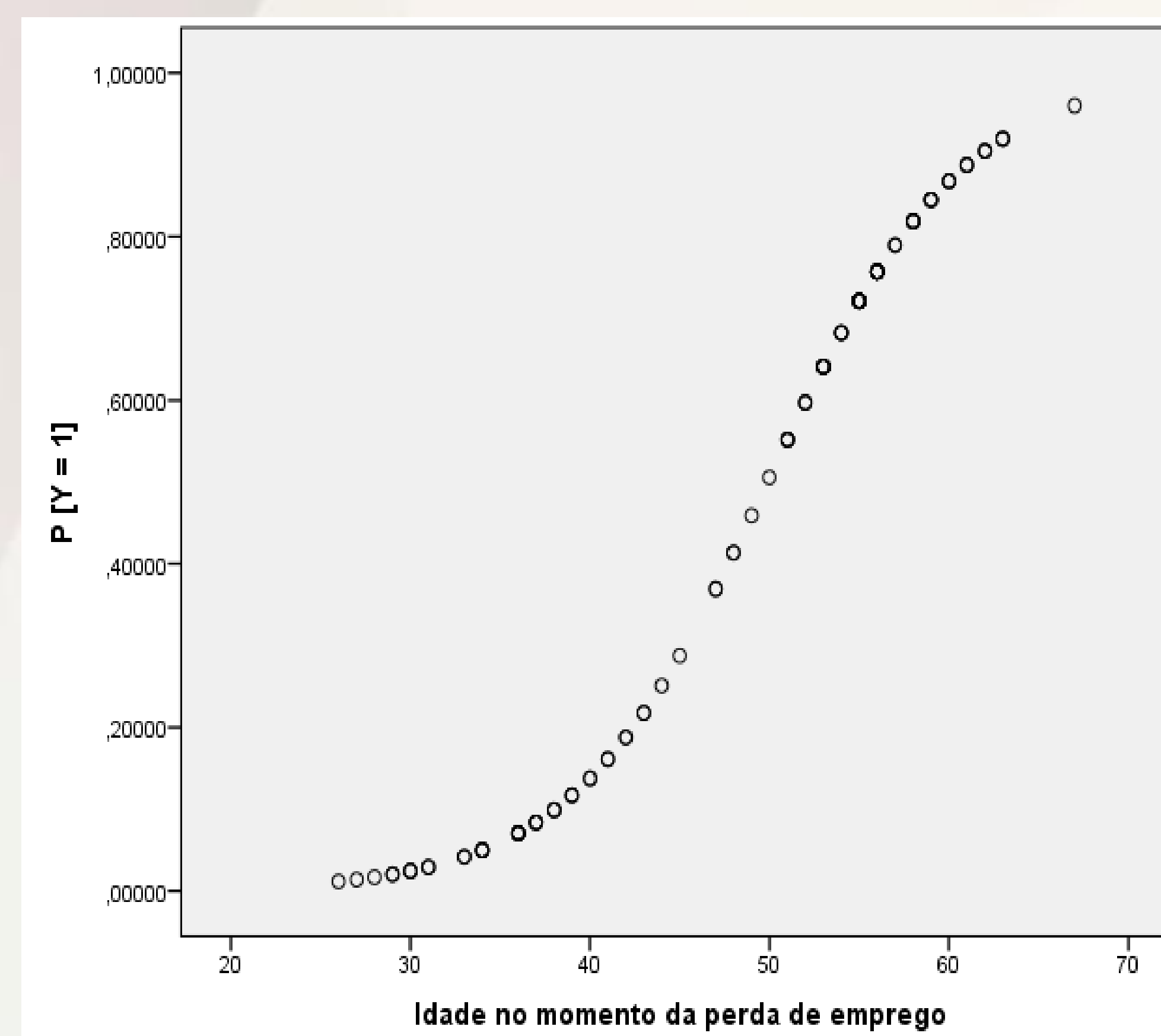


Figura 1. Probabilidade de estar desempregado em função da idade no momento da perda de emprego